

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.169.660 - SP (2017/0236213-7)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO**
PROCURADOR : **ROSÂNGELA APARECIDA DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP088008**
AGRAVADO : **THAIS APARECIDA BUZANELO**
ADVOGADO : **DENISE SANTELLO SANTOS D'ANDREA - SP174179**

DECISÃO

Trata-se de agravo do **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO** – SP, em que objetiva admissão de recurso especial interposto contra acórdão do TJSP assim ementado:

APELAÇÃO AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO ITBI Município de Ribeirão Preto Ação julgada improcedente Pretendida isenção de recolhimento do ITBI Negativa da Fazenda sob a alegação de que o empreendimento não estaria vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida Inadmissibilidade Contrato firmado pela autora que demonstra ter sido o empreendimento construído através do referido programa habitacional Isenção deferida - Sentença reformada Sucumbência invertida Recurso provido.

No especial, a parte alega violação dos 97, VI, 111, II, 175, 179, do CTN, do art. 3º, *caput* e II, § 1º, II, § 4º e § 5º, da Lei Federal 11.977/2009 e do art. 8º, § 10, do Decreto 7.499/2011, alegando a impossibilidade de se estender o benefício da isenção de ITBI para as operações de aquisição de imóvel não incluídos nem faixa específica do programa minha casa minha vida – PMCMV.

Sustenta, em síntese, que (i) o imóvel objeto da operação tributada não se encontrava albergado pela faixa específica do PMCMV da Lei federal 11.977/2009, e que (ii) não se poderia ser estendida a esta operação de aquisição de imóvel o benefício previsto na Lei municipal por violar o art. 111 do CTN.

O recurso especial foi inadmitido na origem por aplicação do óbice da Súmula 7 do STJ.

Contraminuta foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial se origina de ação ordinária de repetição de indébito em que se questiona a tributação pelo ITBI da operação de aquisição de imóvel através do programa minha casa minha vida – PMCMV.

No primeiro grau de jurisdição, a ação foi julgada improcedente por aplicação do art. 111 do CTN, afirmando-se que o imóvel da operação em questão, apesar de ser destinado a famílias de baixa renda, não se encontrava incluído no PMCMV, não fazendo jus ao benefício de isenção previsto na Lei municipal.

O Tribunal *a quo*, deu provimento ao recurso de apelação do contribuinte. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 153/154):

A apelante propôs ação requerendo a devolução dos valores pagos a título de ITBI por se enquadrar na isenção concedida por lei à aquisição de imóvel de empreendimento constante do Programa "Minha Casa Minha Vida", sendo que efetuou pedido administrativo o qual foi negado sob a alegação de que a construção do empreendimento não estaria destinada ao mencionado programa.

A apelada, por sua vez, em suas manifestações, alega que a apelante deixou de demonstrar o preenchimento dos requisitos legais para a concessão da isenção do ITBI. No entanto, não indica quais seriam esses requisitos que teria deixado de cumprir.

A decisão administrativa que negou a isenção, conforme se verifica a fls. 18/19, informa que o empreendimento não estaria vinculado ao Programa "Minha Casa Minha Vida", pois não destinado a famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos.

Como se percebe, a negativa de isenção foi tão somente em relação à alegação de que a construção supostamente não teria se dado no âmbito do Programa "Minha Casa Minha Vida", o que, no entanto, o documento de fls. 22/71 mostra ser o contrário, ou seja, o empreendimento foi construído sim através do referido programa habitacional.

Portanto, a negativa de concessão de isenção sob a alegação de que o empreendimento não foi construído sob o manto do Programa Minha Casa Minha Vida não pode prosperar, razão pela qual, outra alternativa não há que se julgar procedente o pedido inicial para que a apelada seja condenada à restituição dos valores pagos a título do ITBI do imóvel em discussão, observada a correção monetária desde o desembolso e juros de 1% ao mês, a partir da data do trânsito em julgado (Súmula 188 do STJ), com inversão do ônus da sucumbência.

Pelo exposto, meu voto dá provimento ao recurso, para julgar procedente o pedido, condenando a Municipalidade a restituir à autora o valor recolhido a título de ITBI, com correção monetária desde o desembolso e com juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado (Súmula 188 do STJ), com inversão do ônus sucumbencial.

Pois bem.

O recurso especial não merece conhecimento por encontrar óbice nas Súmas 280 e 282 do STF e 7 do STJ.

Inicialmente, em relação ao art. 3º, *caput* e II, § 1º, II, § 4º e § 5º, da Lei federal 11.977/2009 e ao art. 8º, § 10, do Decreto 7.499/2011, ressurte-se o recurso especial do devido questionamento, já que sobre essas normas e a tese a elas vinculadas (existência de diversas faixas de vinculação ao PMCMV na sua Lei de criação com diferentes benefícios a elas vinculadas) não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, fazendo incidir o óbice constante na Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso

extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Dito isso, a Corte paulista delimitou a controvérsia à verificação da inclusão do imóvel em questão entre aqueles beneficiados pela Lei municipal com a isenção do ITBI em razão de sua vinculação ao PMCMV.

Como relatado, fixou-se no acórdão recorrido que a Lei municipal conferiria aos imóveis incluídos no Programa Minha Casa Minha Vida o benefício fiscal de isenção do ITBI, ficando consignado que o imóvel objeto da controvérsia, segundo se extrairia das provas carreadas aos autos, teria sido construído por meio do referido programa habitacional e deveria ser beneficiado pela isenção.

Nesse contexto, a revisão do acórdão recorrido só seria possível mediante revisão do acervo probatório, providência inadequada em recurso especial, consoante enunciado da Súmula 7 do STJ.

Ademais, a pretensão é incabível na presente via recursal, ante a incidência da Súmula 280 do STF, tendo em vista que a controvérsia relativa à extensão do benefício de isenção concedido pelo município foi dirimida à luz de interpretação de lei local (Lei complementar municipal 2.380/2009). Assim, eventual violação de lei federal seria reflexa, e não direta, porque, para o deslinde da controvérsia, seria imprescindível a interpretação da lei municipal mencionado, descabendo, portanto, o exame da questão em sede de recurso especial.

Por força do art. 85, § 11, do CPC/2015, entendo adequado majorar os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial e majoro a verba honorária de sucumbência em 10% (dez por cento) sobre o valor arbitrado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator